

Escola inclusiva e sobredotação: Estudo exploratório sobre as percepções dos professores

Carla Rodrigues (carla82rs@hotmail.com) & Ana P. Antunes

Univ. da Madeira

Resumo: A literatura indica que a identificação de alunos sobredotados, quando feita apenas pelos professores, pode merecer algumas críticas. Se, por um lado, há quem defenda a importância do seu envolvimento e contributo, por outro, algumas investigações contrariam esta posição, apontando limitações e inconsistências nos julgamentos destes, o que consequentemente pode implicar um grande número de alunos por sinalizar. Atendendo à importância que a escola e o docente assumem, e considerando o docente um elemento privilegiado na identificação e intervenção com estes alunos, este estudo visa conhecer as percepções que os docentes de uma escola de 2º e 3º ciclos da Região Autónoma da Madeira têm acerca da definição e problemática da sobredotação, conhecer a formação dos mesmos ao longo da sua carreira e perceber como perspetivam a intervenção perante estes alunos. A amostra é constituída por 95 docentes e os dados foram recolhidos através de um questionário construído para este efeito. Nos resultados destacam-se a falta de formação dos docentes nesta área bem como o desconhecimento das características, legislação e intervenção relacionadas com a temática em estudo. Deste modo, uma reflexão sobre os resultados encontrados pode contribuir para o desenvolvimento futuro de iniciativas que procurem colmatar algumas das dificuldades encontradas.

Introdução

O conceito de sobredotação surge, muitas vezes, associado à ideia errónea de genialidade, onde os sobredotados são vistos como um grupo isolado de indivíduos que possuem capacidades cognitivas excepcionais, que os distinguem dos outros, refletindo a ideia de que a sobredotação é algo inatingível, emergente apenas em alguns sujeitos eleitos (Nogueira, 2006).

Na sociedade portuguesa ainda predomina a ideia de que a sobredotação se restringe às habilidades cognitivas (Almeida & Oliveira, 2000). Contudo, e devido à multidimensionalidade deste conceito, a medição das capacidades cognitivas do sujeito, por si só, não poderá assumir o critério único na identificação dos alunos com altas habilidades, sendo fundamental atender a fatores como a motivação, a criatividade, bem como outros talentos especiais e características pessoais, obtendo assim uma visão mais abrangente de sobredotação (Oliveira, 2007).

No Modelo dos Três Anéis, Renzulli defende que a sobredotação resulta da combinação de três fatores; habilidade intelectual superior, criatividade e o envolvimento na tarefa, sendo que a manifestação individual destes fatores, não é suficiente para que o indivíduo seja considerado sobredotado. As habilidades podem ser gerais ou mais específicas, ou então podem manifestar-se sob a forma de várias combinações de habilidades superiores gerais a uma ou mais áreas especializadas de conhecimento (Renzulli, 1986). Para complementar o modelo de Renzulli, Mönks propõe o Modelo Multifactorial da Sobredotação, alargando a conceção anterior ao assumir uma perspectiva desenvolvimental, na qual enfatiza as interações que o indivíduo estabelece com o meio ao longo do seu percurso desenvolvimental

para a manifestação da sobredotação. Com este modelo passa-se a aceitar que a sobredotação para além de estar relacionada com as qualidades intrínsecas inerentes ao indivíduo, inclui também dimensões psicossociais complementares da inteligência ou das habilidades cognitivas do sujeito sobredotado (Mönks & Katzo, 2005).

Numa linha mais alargada do conceito encontramos também a definição mais recente de Sternberg (2005) onde a excecionalidade de um indivíduo deve estar assente em três dimensões, que resultam como atributos das pessoas que realmente se distinguem, ou seja, ao nível da criatividade, da inteligência e da sabedoria.

Ao longo da análise dos vários modelos verifica-se que a temática da sobredotação remete-nos para a questão das habilidades cognitivas excecionais, o que poderá de alguma forma pressupor também um desempenho académico excepcional. Esta conceção pode ser considerada errónea quando mal interpretada, pois como já foi mencionado anteriormente, a sobredotação implica vários fatores e não apenas as capacidades cognitivas. Contudo, não se pode descurar esta parte, uma vez que os alunos passam a maioria do seu tempo na escola, sendo inegável a importância que os docentes adquirem ao longo dos seus percursos académicos. Além de poderem apontar as discrepâncias de desenvolvimento e de aprendizagem face aos outros colegas com as mesmas idades, podem responder às necessidades de cada aluno enquanto lhes transmitem conhecimentos, podem gerir a turma e selecionar práticas pedagógicas diferenciadas, cujo objetivo é a criação de condições de ensino adequado às exigências dos alunos.

No processo de aprendizagem, os alunos e os docentes são elementos ativos, por isso, é fundamental que os docentes tenham um conhecimento aprofundado dos seus alunos e que tenham noção de quais são os seus conhecimentos, os seus sentimentos e pensamentos sobre determinados assuntos. Tornando-se cada vez mais necessário reconhecer nos educandos a sua individualidade e a sua capacidade de ter opiniões e expectativas, que devem ser ouvidas e respeitadas por todos os agentes educativos (Bastos, 2009).

Desde sempre se deu importância ao papel do docente na vida dos seus alunos e para a sociedade, o papel atribuído à figura do docente cresceu, na medida em que “o professor tornou-se o conselheiro da educação doméstica, o governador da família” (Alves, 2008).

A maior parte do tempo das crianças e adolescentes é passado na escola, sendo que esta instituição para além de transmitir conhecimentos, também funciona como um palco onde se desenrolam múltiplas tramas e se atribuem os mais variados papéis. Trata-se de um espaço onde o desenvolvimento físico, emocional, social, pessoal e académico ocorrem. Todo este

processo a que se assiste é conduzido e acompanhado pelos professores, que acabam por ser um dos principais fatores que influenciam o desenvolvimento do sujeito.

A escola e a sociedade muitas vezes assumem os indivíduos sobredotados como seres privilegiados, devido às suas aptidões especiais. Todavia, não aceitam que sejam tratados como crianças especiais, necessitadas de um apoio específico à semelhança do que acontece com aqueles que possuem outras características e outras necessidades educativas.

A atitude das pessoas que os rodeiam é um elemento essencial no desenvolvimento das suas competências. Por exemplo, se a criança demonstra ter um alto nível de energia, pode ser acusada de cansar os adultos; se, por outro lado, se concentra demasiado nos seus interesses, pode ser considerada obsessiva, ou então, se muda constantemente de interesses, pode ser chamada de desorganizada. Estas interpretações erradas, por parte de alguns adultos, podem gerar nas crianças sentimentos de confusão relativamente aos que os rodeiam, pois se, por um lado, são valorizadas e recompensadas, por outro lado, têm de submeter-se a normas, que em nada se adequam às suas necessidades (Garcia, 2006).

Quando as escolas não estão preparadas para dar resposta a este tipo de necessidades, os alunos tendem a ficar desmotivados e desinteressados pelas tarefas escolares, que na maioria das vezes são consideradas rotineiras, o que pode conduzir a um fraco rendimento escolar. Cabe aos docentes identificar as carências, que este tipo de população apresenta, e adequar os seus métodos de ensino, quer seja na excecionalidade, quer nas dificuldades de aprendizagem que possam apresentar.

Deste modo, o professor assume um papel fundamental no desenvolvimento global das potencialidades dos discentes, visto poder implementar uma metodologia de ensino criativa, com atividades diversificadas para o estímulo das diferentes aptidões nos seus alunos. Assim sendo, revela-se importante sensibilizar os profissionais da Educação para a totalidade do aluno e para a necessidade de transformação da ação educadora (Procópio, Benite, Caixeta, & Benite, 2010).

As relações estabelecidas no meio educativo permitem ao docente um contributo ao nível do despiste dos alunos que apresentem características de sobredotação, bem como ao nível da criação de estratégias que favoreçam o desenvolvimento de habilidades, da criatividade, da imaginação e do talento desses alunos (Bastos, 2009). Por vezes, os pais não reúnem condições suficientes para constatar que o ritmo, o nível de desenvolvimento ou a realização são superiores no seu filho. Por esse mesmo motivo, é imprescindível a integração de educadores e docentes na identificação destes alunos (Almeida & Oliveira, 2000).

A identificação de alunos sobredotados, feita pelos professores é alvo de algumas críticas, motivadas pelos preconceitos difundidos, em parte pelos trabalhos de Terman. Em 1920, este investigador realizou o primeiro estudo com crianças sobredotadas, considerando todas aquelas com Q.I. igual ou superior a 130. Contudo, e apesar do procedimento de identificação adotado utilizar instrumentos de avaliação intelectual, a seleção inicial era feita pelos docentes e, de acordo com as suas perceções de inteligência, não havendo orientação prévia ou a utilização de critérios objetivos. Obviamente, esta falta de critérios enviesaram o estudo. As grandes falhas do mesmo deveram-se, por um lado, aos seguintes fatores: a amostra era constituída na sua maioria por indivíduos do género masculino; estes eram considerados disciplinados na sala de aula; tinham um rendimento escolar acima da média e eram provenientes de classes sócioeconómicas favorecidas. Por outro lado, foram excluídos alunos com desempenhos irregulares, mais especificamente, com desempenhos acima da média em algumas matérias e abaixo em outras; rejeitadas minorias sociais, como negros, índios e sujeitos do género feminino. Pelos motivos acima mencionados, a identificação de alunos sobredotados realizada pelos professores foi posta em causa, servindo para divulgar o diagnóstico psicológico, em detrimento da avaliação educativa (Virgolim, 1997).

Assim, no que diz respeito ao papel que o professor assume no processo de identificação dos alunos com altas habilidades, verifica-se a existência de posições antagónicas. Se, por um lado, há quem defenda a importância do seu envolvimento e contributo, por outro lado, algumas investigações contrariam esta posição, apontando limitações, como por exemplo centrarem-se nas habilidades cognitivas e académicas, e inconsistências nos julgamentos dos mesmos, o que consequentemente implica um grande número de alunos por sinalizar (Oliveira, 2007).

Apesar destas divergências parece-nos incontestável que os professores são um elemento ativo e integrante em todo o processo de ensino-aprendizagem, sendo que também eles poderão eventualmente alertar para a existência de alunos que detenham um nível intelectual superior ou realizações superiores quando comparados com crianças da mesma faixa etária.

Alguns estudos revelam que os professores não possuem grandes conhecimentos sobre as características de alunos sobredotados, indicando também que apresentam dificuldades no seu atendimento. Verifica-se, por parte de alguns professores, pouca sensibilização no que se refere à necessidade social e às práticas educativas individualizadas necessárias. Contudo, a maioria afirma ser importante a formação nesta área (Mettrau & Almeida, 1994).

A falta de preparação e informação, no que se refere a alunos sobredotados, pode conduzir a erros com consequências que podem ser consideradas graves. Mettrau e Almeida (1994)

afirmam que algumas crianças são reencaminhadas para os serviços de psicologia, sinalizados com dificuldades na aprendizagem e problemas comportamentais quando na realidade, se trata de alunos com Q.I. elevados, surpreendendo desta forma os seus educadores. Os mesmos autores afirmam ainda que a identificação destes alunos por si só não é suficiente, pois estes necessitam de apoio adequado, para evitar atitudes mais negativas, tais como, o sentimento de superioridade face a outros colegas e/ou adultos, a arrogância e o desprezo pelos outros, entre outras.

Porém, nem todos os autores defendem que os professores necessitam de formação em áreas específicas, uma vez que alguns autores defendem que o ensino de qualidade tem de ser oferecido a todos os alunos. Assim, um bom professor deverá saber dosear e exigir dos seus alunos desempenhos adequados às suas competências (Cupertino, 2008).

Algumas investigações apontam para a eficácia da identificação feita pelos professores, quando estes estejam munidos de instrumentos de observação e que tenham conhecimento acerca do conceito de sobredotação. É inegável, que estes profissionais possuem vantagens no que se refere à identificação de alunos sobredotados, uma vez que convivem diariamente com grupos heterogêneos de crianças e adolescentes (Gagné, 1994).

Face ao exposto, é possível que o conhecimento e a formação que os docentes têm acerca da sobredotação, influenciam o seu desempenho como profissionais, desempenho este que será determinante na vida dos seus alunos. Em Portugal, e à semelhança do que acontece noutros países, onde se realizaram estudos nesse sentido, constata-se que um grande número de docentes assume que não obteve qualquer tipo de formação acerca desta temática e que seria fundamental implementar esforços no sentido de proporcionar aos docentes este tipo de conhecimento.

Assim, com o presente trabalho pretende-se dar um contributo para a investigação desta temática no nosso país. Entre as várias vertentes que poderiam ser estudadas, julgou-se pertinente estudar a perspetiva dos docentes face à sobredotação, uma vez que estes detêm um papel importante junto dos alunos, das famílias e da sociedade.

Tendo por base a literatura e atendendo aos diferentes conceitos que estão subjacentes a esta temática, a presente investigação tem como objetivo responder às seguintes questões: 1) O que é um aluno sobredotado para os docentes? 2) Os docentes tiveram formação sobre alunos sobredotados? 3) Os docentes sentem necessidade de formação na área da sobredotação? 4) Os docentes têm conhecimento acerca da legislação em vigor? 5) Na opinião dos docentes os alunos sobredotados e talentosos deveriam ter uma educação/ensino diferenciados?

Metodologia

Amostra

A amostra deste estudo é constituída por 95 docentes de uma escola de 2º e 3º ciclo da Região Autónoma da Madeira (RAM), sendo que 18 (18,9%) são do género masculino e 77 (81,1%) são do género feminino. A média de idades dos participantes é de 45 anos, variando entre os 27 e os 61 anos de idade.

Todos os participantes têm um diploma que os habilita a ensinar, pelo que a amostra, na sua maioria, é constituída por licenciados (90,5%), seguidamente por docentes que têm o grau de mestre (8,4%) e bacharelato (1,1%).

No que se refere às disciplinas e de forma a simplificar a análise procedeu-se ao agrupamento das disciplinas por áreas científicas formando-se três grupos, as Letras e Humanidades, as Ciências e as Artes. O grupo das Letras inclui docentes das disciplinas de Português, Inglês, Francês, História e Geografia; o grupo das Ciências abrange docentes das disciplinas de Matemática, Física Informática e Química, Ciências da Natureza/ Biologia; e o grupo das Artes contempla professores das disciplinas de Educação Visual e Tecnológica, Educação Física e Educação Musical. No que se refere à distribuição dos docentes verifica-se que no grupo das Letras e Humanidades encontram-se 52,7% dos docentes, no grupo das Ciências 41,9% e nas Artes 5,4%.

Instrumentos

Os dados deste estudo foram recolhidos através de um questionário construído para este efeito, que foi previamente testado. Nos 16 itens (questões) que compõem o questionário, encontramos questões de resposta fechada, cujas opções de resposta são: Sim/ Não, e questões em que se pede uma justificação da resposta. No entanto, neste estudo consideramos apenas as respostas dadas a seis das questões formuladas: Para si, enquanto professor, o que é um aluno sobredotado? Ao longo da sua formação académica, teve formação sobre alunos sobredotados e talentosos? Ao longo da sua formação profissional, teve formação sobre alunos sobredotados e talentosos? Na sua opinião sente necessidade de formação na área da sobredotação? Conhece a legislação, relacionada com esta temática em vigor na RAM? Na sua opinião, os alunos sobredotados e talentosos deveriam ter uma educação/ensino diferenciados?

Procedimentos

Para a execução deste estudo foi enviado o pedido de autorização para a Direção Regional da Educação (DRE) da Região Autónoma da Madeira (RAM). Após ser dado o consentimento para a prossecução do mesmo, os questionários foram entregues numa reunião de Conselho Pedagógico, onde estavam presentes os coordenadores dos 2º e 3º ciclos, que por sua vez ficaram encarregues de distribuir os mesmos pelos delegados de grupo, assegurando desta forma o acesso de todos os docentes aos questionários. Os inquéritos depois de preenchidos foram entregues, em envelope fechado na receção da escola, procedendo-se posteriormente à análise das informações recolhidas, categorizando algumas respostas e utilizando o programa IBM SPSS 19 (Statistical Package for the Social Sciences 19).

Apresentação e discussão de resultados

A apresentação e a discussão dos resultados são feitas seguindo as questões que serviram de linha orientadora para o presente estudo, analisando as respostas dadas pelos sujeitos no preenchimento dos questionários.

Questão 1: O que é um aluno sobredotado para os docentes?

Considerando esta questão, as respostas dos professores indicam que, para 75,8% docentes, um aluno sobredotado é o aluno que tem um desempenho global acima da média; para 4,2% trata-se de um aluno que demonstra superioridade em diversas áreas; para 4,2% é considerado que possui um raciocínio acima da média, insatisfação e necessidade de desafio; sendo que para 3,2% é um aluno que demonstra precocidade intelectual.

Através destes resultados verifica-se que a referência ao desempenho acima da média indicado pela grande maioria dos docentes vai ao encontro de algumas definições que afirmam que as crianças sobredotadas são todas aquelas que apresentam um elevado performance nas áreas académicas, artísticas, criativas, capacidade de liderança, cuja realização pode acontecer em apenas uma área ou em mais do que uma (Pocinho, 2009). Contudo, o destaque para um desempenho global parece apontar mais para uma percepção de competência elevada generalizada, ou melhor, em diversas áreas.

Questão 2: Os docentes tiveram formação sobre alunos sobredotados?

Para esta questão analisaram-se dois tipos de formação, ou seja, a formação que os docentes obtiveram ao longo da sua formação académica e ao longo da sua formação profissional. No que se refere à formação académica, constata-se que 95,8% dos inquiridos não teve formação

sobre alunos sobredotados e talentosos. Relativamente à formação profissional a percentagem de docentes que não obteve formação é ligeiramente inferior 82,1%.

Estes resultados vão ao encontro aos verificados noutros estudos onde os professores não apresentam formação adequada para lidar com esta problemática (Mettrau & Almeida, 1994). Em nosso entender, a formação dos docentes é de extrema importância e, apesar da amostra selecionada não ser considerada representativa de todos os docentes que exercem funções na RAM, parece-nos merecer uma reflexão sobre a formação académica e profissional dada a existência de uma percentagem tão elevada de docentes sem formação nesta área.

Questão 3: Os docentes sentem necessidade de formação na área da sobredotação?

No que se refere à necessidade de formação por parte dos docentes verifica-se que 60,0% admite ter necessidade de formação, enquanto 38,9% afirma não ter essa necessidade. Uma vez que a percentagem de docentes que não tiveram formação, a nível académico e a nível profissional, está acima dos 80%, em ambos os casos, poderia ser de esperar uma percentagem superior de docentes com necessidade de formação nesta área. Contudo, talvez estes resultados traduzam de alguma forma a crença dos professores nos mitos de que não existem alunos sobredotados ou de que não necessitam de educação diferenciada dadas as suas capacidades de elevado desempenho em áreas diversas

Questão 4: Os docentes têm conhecimento acerca da legislação em vigor?

Na resposta à questão sobre o conhecimento que os docentes têm acerca da legislação em vigor na RAM verificou-se que 88,4% dos docentes desconhece a mesma. Estes resultados, associados aos anteriormente apresentados, parecem apontar para alguma falta de envolvimento dos docentes no conhecimento desta problemática, uma vez que na RAM os alunos sobredotados até são contemplados na legislação sobre a educação especial. Contudo, como é atribuída a competência a um organismo específico (até então a Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação, DREER) para a ativação de mecanismos de despiste, avaliação e acompanhamento a crianças e jovens sobredotados, assim como a aplicação de estratégias específicas de intervenção (Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M) pode ser que alguns docentes não se envolvam tanto no conhecimento da legislação. Sobretudo se não reconhecerem a existência de alunos com características de sobredotação.

Questão 5: Na opinião dos docentes os alunos sobredotados e talentosos deveriam ter uma educação/ensino diferenciados?

Quando pedida a opinião dos docentes acerca da diferenciação da educação/ensino para os alunos sobredotados, observa-se que 60,0% dos docentes expressa que estes alunos devem ter uma educação/ensino diferenciados, enquanto 38,9% alega que não.

No que diz respeito às diferenças da educação/ensino para os alunos sobredotados verifica-se que, dos 60,0% que responderam de forma positiva à questão anterior, 25,3% propõem uma adequação ao nível da pedagogia; 8,4% indicam um aumento na exigência; 6,3% referem o enriquecimento curricular; 5,3% sugerem uma aceleração escolar; e para 4,2% estes deveriam ser alvo de uma intervenção ao nível das competências sociais.

No que toca às formas de intervenção os professores conseguem apontar alguns mecanismos contemplados na literatura, destacando a diferenciação pedagógica. Por exemplo, Oliveira (2007) refere que a intervenção dos docentes em contexto de sala de aula pode ser realizada nas seguintes vertentes: alterar o conteúdo curricular e ritmo de ensino, permitir que os alunos sigam os seus interesses, usar estratégias de ensino específicas e desenvolver um ambiente flexível em contexto de sala de aula.

O reconhecimento da necessidade de diferenciação por parte dos docentes pode significar uma maior abertura face à problemática destes alunos e ao processo de sinalização e de avaliação. Os alunos identificados como sobredotados encontram, na RAM, a oportunidade de serem reconhecidos e integrados nas necessidades educativas especiais e beneficiarem de medidas educativas individualizadas (Antunes & Almeida, 2009; Decreto Legislativo Regional n.º 33/2009/M). Aliás, tem-se verificado que, além da legislação que protege estes alunos, também foram criados programas de formação para docentes e psicólogos, programas de intervenção, bem como equipas multidisciplinares como o objetivo de apoiar as escolas e as famílias destes alunos (Fleith, Almeida, Alencar, & Miranda, 2010).

Considerações finais

Face aos resultados obtidos é possível tecer algumas considerações, nomeadamente, no que se refere ao conhecimento que os docentes têm acerca das características dos alunos sobredotados e modalidades de intervenção, bem como acerca da formação docente e conhecimento da legislação em vigor.

Deste modo, os resultados obtidos parecem refletir que o conhecimento que os docentes têm acerca das características dos alunos sobredotados pode ser considerado não muito preciso, uma vez que a grande maioria os considera com capacidades globais acima da média e não se

encontra, por exemplo, uma referência explícita à criatividade ou à realização em áreas isoladas.

Se, por um lado, há autores que defendem a importância do envolvimento e contributo dos docentes na identificação de alunos sobredotados, por outro lado, algumas investigações contrariam esta posição, apontando limitações e inconsistências nos julgamentos dos mesmos. Porém, os docentes assumem um papel de grande importância na vida dos alunos e têm uma posição privilegiada no que se refere à identificação de discrepâncias no ritmo de aprendizagem dos mesmos, uma vez que convivem diariamente com os estudantes. Contudo, parece que a capacidade para uma identificação correta depende da sua formação na área, pelo que, além de ser importante integrar os docentes na identificação da sobredotação se torna imprescindível a sua formação (Almeida & Oliveira, 2000).

Nesta linha, e atendendo aos resultados, parece-nos que seria importante desenvolver mecanismos de formação dos professores, onde se pudessem aprofundar conhecimentos acerca das características de sobredotação, debatendo e analisando a legislação vigente, numa lógica de avaliar para intervir, considerando formas de intervenção diferenciadas. Parece-nos, assim, que uma leitura possível destes resultados pode contribuir para o desenvolvimento futuro de iniciativas que procurem colmatar algumas das lacunas relacionadas com a prática docente face a este tema, mais especificamente a formação dos mesmos.

Referências

- Almeida, L. S., & Oliveira, E. P. (2000). Os professores na identificação dos alunos sobredotados. In Almeida, L., Oliveira, E., & Melo, A. (Orgs.), *Alunos sobredotados: Contributos para a sua identificação e apoio* (pp. 43-53). Braga: ANEIS.
- Alves, H. (2008). *Estratégias Educativas: O caso das famílias de crianças Sobredotadas* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa, Lisboa
- Antunes, A., & Almeida, L. (2009). Práticas educativas na sobredotação: Diferenciação curricular e estratégias complementares. *Psicologia e Cultura*, 13(1), 157-158.
- Bastos, A. (2009). *A percepção dos professores sobre alunos sobredotados versus o alheamento da escola* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto.
- Cupertino, C. (2008). *Um olhar sobre as altas habilidades. Construindo caminhos*. Secretária Regional da Educação do Estado de São Paulo: São Paulo.
- Fleith, D., Almeida, L., Alencar, E., & Miranda, L. (2010). Educação do aluno sobredotado no Brasil e em Portugal: uma análise comparativa. *Revista Lusófona de Educação*, 16, 75 – 88
- Gagné, F. (1994). Are teachers really poor talent detectors? *Gifted child quarterly*, 8(3), 124-126.
- Garcia, R. (2006). A qué se le denomina talento? Estado del arte acerca de su conceptualización. *Intangible Capital*, 2(1), 72-163.
- Mettrau, M. & Almeida, A. (1994). A educação da criança sobredotada: A necessidade social de um ensino diferenciado. *Revista Portuguesa de Educação*, 7(1-2), 5-13.
- Mönks, F. J., & Katzko, M. W. (2005). Giftedness and gifted education. In Sternberg,

- R., & Davidson, J. (Eds.), *Conceptions of giftedness* (2nd ed., pp. 187-200). Cambridge: Cambridge University Press.
- Nogueira, S. (2006). A Criatividade – A Sobredotação e o Génio. *Revista Lusófona de Ciências da Mente e do Comportamento*, 11-43. Retirado de <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/287/SaraIb%3%83%c2%a9ricoNogueira.pdf?sequence=1>
- Oliveira, E. (2007). *Alunos sobredotados: A aceleração escolar como resposta Educativa* (Dissertação de Doutoramento). Universidade do Minho.
- Pocinho, M. (2009). Superdotação: Conceitos e modelos de diagnóstico e intervenção psicoeducativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 16(1), 3-14.
- Procópio, M., Benite, C., Caixeta, R., & Benite, A. (2010). Formação de professores em ciências: um diálogo acerca das altas habilidades e superdotação em rede colaborativa. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, 9(2), 435-456.
- Renzulli, J. S. (1986). The three-ring conception of giftedness: A developmental model for creative productivity. In R. J. Sternberg & J. E. Davidson (Eds.), *Conceptions of giftedness* (pp. 53-92). New York: Cambridge University Press.
- Sternberg, R. J. (2005). The WICS model of giftedness. In Sternberg, R., & Davidson, J. (Eds.), *Conceptions of giftedness* (2nd ed., pp. 327-342). New York: Cambridge University Press.
- Virgolim, A. (1997). O indivíduo superdotado: História, concepção e identificação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 13(1), 173 - 183.